



DOSSIER
dossier

DOSSIÊ: EDUCAÇÃO DE SURDOS E O (AINDA) NECESSÁRIO 15 ANOS DEPOIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Dossier: Education for the deaf and what is (still) necessary
15 years later: public policies and bilingual education

Organização: Janaina Cabello
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

RESUMO EM LIBRAS



A educação de surdos é tema que vem sendo debatido amplamente por pesquisadores e educadores – surdos e ouvintes – de maneira mais contundente desde o início dos anos 2000, a partir principalmente da Lei nº 10.436/02 e do Decreto nº 5.626/05. Passada mais de uma década do reconhecimento legal da Libras no país, são percebidos muitos avanços no que diz respeito à educação bilíngue de/para surdos, sendo que o tema tem sido explorado por diversos estudiosos. Contudo, apesar da ampla bibliografia a respeito, percebe-se que nas realidades escolares permanecem muitas questões relacionadas à implementação de políticas públicas que se desdobrem em ações efetivas para melhores condições de ensino e de aprendizagem aos alunos surdos.

Assim, a proposta desse dossiê temático foi a de reunir autores que, a partir de seus múltiplos lugares de atuação e de suas diferentes lentes teóricas, pudessem apresentar contribuições significativas para as discussões de um tema que continua a apontar para questões urgentes, principalmente no campo das políticas públicas para uma educação bilíngue e inclusiva, de fato, para alunos surdos.

Nessa direção, o dossiê abre com um panorama sobre os estudos surdos em educação, apresentado pelas autoras Adriana Thoma e Luciane Bresciani no artigo *Estudos surdos em educação no Brasil: a produção do campo no período de 1996-2006*. Nesse trabalho, as autoras analisam as produções desenvolvidas nos cursos de mestrado e doutorado de Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelos pesquisadores do Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES/UFRGS), buscando compreender como essas pesquisas se articulavam com os Estudos Culturais e os Estudos Foucaultianos, na direção de contribuir para a emergência do campo dos Estudos Surdos em Educação, na medida em que produziu um novo olhar sobre a surdez como uma identidade cultural e uma diferença política.

Na sequência, o trabalho *A escola bilíngue: pensando a educação de surdos em nosso tempo*, da pesquisadora Lucyenne Matos, propõe uma reflexão a respeito da escola bilíngue na contemporaneidade, a partir de três vieses: a política, a escola e o professor, convidando o leitor, a partir da relação que estabelece com diversos autores, a pensar sobre a escola bilíngue como um espaço de luta e reivindicação que vem sendo construído pelos surdos.

No bojo dessas reflexões, o artigo de Flaviane Reis e Marianne Stumpf intitulado *Um olhar sobre as Lideranças Surdas na Educação Bilíngue* vem justamente trazer um olhar a respeito das chamadas Lideranças Surdas no espaço escolar, reforçando a importância da presença surda nos espaços da escola para a efetiva construção de uma educação bilíngue na direção do que buscam os surdos para sua efetiva educação.

Ainda como importante contribuição para as reflexões acerca dos Estudos Surdos, o trabalho *Contribuições de Paddy Ladd ao campo dos Estudos Surdos*, de Sueli Fernandes e de

Francisco Martins Lopes Terceiro, apresenta o trabalho empreendido pelo ativista e intelectual surdo britânico Paddy Ladd, a partir do final dos anos 1990, iluminando conceitos fundamentais na discussão teórica da diferença Surda. Por meio do levantamento de publicações do autor, não traduzidas para o português brasileiro, foram mapeados algumas das principais categorias teóricas que contribuíram para a emergência do campo epistemológico dos Estudos Surdos.

Versando sobre a problemática do ensino de Língua Portuguesa escrita para surdos, a pesquisadora Aryane Nogueira apresenta no trabalho *Papel! Papel para escrever: representações de um grupo de alunos surdos sobre a escrita*, um convite para que pensemos o ensino da Língua Portuguesa escrita para surdos para além das questões metodológicas – já amplamente discutidas pela literatura – mas também considerando outros fatores que podem influenciar essa prática.

Já o texto *A política pública e linguística na construção e desconstrução para a Educação na visão do surdo*, de Shirley Vilhalva, apresenta o olhar surdo diante das ações propostas no Relatório de Política Linguística de Educação Bilíngue-Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, evidenciando a abertura de portas em relação à formação das pessoas surdas em nível de graduação e pós-graduação, ao mesmo tempo em que tensiona os modos como essa política pública vem sendo implementada e executada na prática.

Trazendo a discussão da educação bilíngue do nível superior para a Educação Infantil, as autoras Beatriz Turetta e Cristina Lacerda abordam a escassa produção a respeito das práticas educacionais bilíngues nesse nível de ensino, no texto intitulado *Educação bilíngue de surdos: considerações sobre as práticas da Educação Infantil a partir de uma análise sobre o brincar*, em que buscam descrever um Programa Educacional Bilíngue que assume os pressupostos teóricos da abordagem histórico-cultural de desenvolvimento humano e as proposições da abordagem bilíngue para crianças surdas.

Já no trabalho *Educação de surdos e a tradução de materiais pedagógicos: temas de formação para TILS*, os autores Neiva de Aquino Albres, Mauro Sérgio de Oliveira e Daniela Rosalez Soares

evidenciam que as práticas pedagógicas em formação de tradutores têm produzido saberes essenciais para a atuação na tradução de materiais pedagógicos e para a consolidação de uma educação bilíngue, uma vez que o fazer pedagógico e a formação de tradutores tem sido direcionada para uma visão cultural dos surdos, para a consolidação do reconhecimento da Libras como uma língua singular e perfeitamente adequada para expressão de qualquer enunciado e de valor ímpar para a educação de surdos.

Por fim, o trabalho *Terminografia nas línguas de sinais: uma proposta de organização e registro de glossários bilíngues* apresenta uma proposta de organização e registro de glossário bilíngue (na Língua Portuguesa e na Língua Brasileira de Sinais) realizada por Patrícia Tuxi. O resultado do trabalho se configura em uma proposta terminográfica que possibilita a construção de glossários que contemplam a especificidade linguística do surdo, em especial para uso no sistema educacional bilíngue.

A partir dos trabalhos aqui reunidos, buscamos trazer à cena olhares de professores e pesquisadores, surdos e ouvintes, que têm atuado e militado no cenário educacional bilíngue nos últimos anos, colocando em diálogo diferentes perspectivas teóricas, cenários de atuação e práticas, com o objetivo de fomentar as discussões e, acima de tudo, fazer ventilar o que vem sendo produzido, implementado e (ainda) exigido no contexto da educação bilíngue para surdos. Quinze anos depois do reconhecimento legal da Libras no país, mais do que nunca se faz urgente evidenciar o cenário nacional da educação de surdos, principalmente por estarmos em um momento histórico e social em que as políticas públicas que versam sobre direitos de grupos minoritários – nos quais incluímos as pessoas surdas, assim como as mulheres, os negros, os indígenas e tantos outros grupos considerados subalternos, nas palavras de Spivak (2010) – precisam ser defendidas e garantidas. O contexto atual que tem tomado contornos neoconservadores, neoliberais e racistas precisa ser, portanto, salientado, para então ser combatido com práticas emancipadoras, engajadas e, acima de tudo, práticas que abram espaço ao protagonismo das pessoas surdas.

Nesse sentido, pretendemos com esse dossiê apresentar trabalhos de pesquisadores comprometidos com uma educação

bilíngue que, de fato, possa fomentar outros fazeres na direção de uma resistência surda, ou seja, daquilo que se faz necessário de fato e que é exigido pelos surdos quinze anos depois.

Boas e renovadas leituras!

Janaina Cabello
ORGANIZADORA

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial.

Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG, Belo Horizonte. 2010.

